

SUMÁRIO

PARTE I – FILOSOFIA DO DIREITO

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INICIAIS DE FILOSOFIA DO DIREITO	45
1.1. INTRODUÇÃO À FILOSOFIA DO DIREITO	45
1.2. CONCEITO DE JUSTIÇA.....	46
1.3. ACEPÇÕES DO CONCEITO DE JUSTIÇA.....	46
1.3.1. Justiça como Retribuição.....	46
1.3.2. Justiça como Igualdade.....	46
1.3.3. Justiça como Liberdade	47
1.3.4. Justiça como Reciprocidade.....	48
1.3.5. Considerações sobre as Acepções de Justiças.....	48
1.4. SENTIDOS DE JUSTIÇA.....	49
1.4.1. Justiça como Valor Absoluto	49
1.4.2. Justiça como Valor Relativo.....	49
1.5. CRÍTICA À JUSTIÇA E O DIREITO CONTEMPORÂNEO	49
CAPÍTULO 2 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA FILOSOFIA DO DIREITO.....	51
2.1. NOÇÕES INICIAIS.....	51
2.2. FILOSOFIA ANTIGA.....	51
2.2.1. Os Sofistas	51
2.2.2. Os Idealistas	53
2.2.3. Os Romanos	57
2.3. FILOSOFIA MEDIEVAL.....	58
2.3.1. Patrística de Santo Agostinho.....	58
2.3.2. Escolástica de São Tomás de Aquino.....	59
2.3.3. Escolástica de Duns Escoto.....	62
2.3.4. Escolástica de Guilherme de Ockham	62
2.4. FILOSOFIA MODERNA.....	62
2.4.1. Primeira Fase da Modernidade (O Estado Absoluto).....	63
2.4.1.1. Maquiavel	63
2.4.1.2. Bodin e Bossuet	63
2.4.1.3. Hobbes.....	64
2.4.2. Segunda Fase da Modernidade (O Iluminismo e o Estado de Direito).....	66
2.4.2.1. Hugo Grotius.....	67
2.4.2.2. Samuel Pufendorf.....	68
2.4.2.3. John Locke	70
2.4.2.4. Montesquieu.....	78

2.4.2.5.	Rousseau.....	79
2.4.2.6.	Kant.....	82
2.4.2.7.	Hegel.....	86
2.5.	FILOSOFIA SOCIAL.....	87
2.5.1.	Proudhon.....	87
2.5.2.	Karl Marx.....	88
2.6.	TEORIAS CONTEMPORÂNEAS DA JUSTIÇA.....	89
2.6.1.	Utilitarismo.....	90
2.6.1.1.	O contraste entre o Utilitarismo e a Filosofia Moral Kantiana com reflexos no nosso atual cenário jurídico.....	92
2.6.1.2.	O Panóptico de Bentham.....	93
2.6.2.	Filosofia Relativista do Positivismo.....	94
2.6.2.1.	Positivismo Científico de Kelsen.....	94
2.6.2.2.	Positivismo Analítico de Hart.....	96
2.6.3.	Liberalismo Igualitário.....	98
2.6.3.1.	Posição Original e Véu da Ignorância.....	99
2.6.3.2.	Justiça como Equidade: Liberdade e Igualdade.....	100
2.6.3.3.	A Igualdade em Rawls: retomando Aristóteles e fundamentando as ações afirmativas dos dias atuais.....	102
2.6.3.4.	Overlapping Consensus (Consenso Sobreposto) e Pluralismo Razoável.....	104
2.6.4.	Justiça como Desenvolvimento.....	106
2.6.5.	Filosofia Moral.....	110
2.6.5.1.	As Relações com John Rawls.....	112
2.6.5.2.	Dworkin e o Pós-Positivismo.....	113
2.6.5.3.	A crítica de Dworkin à discricionariedade forte do positivismo e a sua própria discricionariedade pós-positivista: debates no contexto do ativismo judicial.....	113
2.6.5.4.	O Juiz Hércules e outros modelos de Juiz.....	114
2.6.6.	Libertarianismo.....	116
2.6.7.	Libertarianismo de Esquerda.....	117
2.6.8.	Comunitarismo.....	118
2.6.9.	Republicanismo.....	119
2.6.10.	Minimalismo Judicial.....	121
2.6.11.	Constitucionalismo Popular.....	123
2.6.12.	Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth.....	125
2.6.13.	Teoria Crítica da Justiça de Nancy Fraser.....	126
2.7.	GRANDES TEMAS DA FILOSOFIA POLÍTICA ATUAL: PROCEDIMENTALISMO E SUBSTANCIALISMO.....	127
2.7.1.	Substancialismo.....	128
2.7.2.	Procedimentalismo.....	129
2.8.	QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	130

CAPÍTULO 3 - DIREITO E MORAL	139
3.1. UM PROBLEMA ÉTICO.....	139
3.2. SEMELHANÇAS ENTRE DIREITO E MORAL.....	140
3.3. DISTINÇÕES ENTRE DIREITO E MORAL.....	141
3.4. TEORIAS SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE DIREITO E MORAL	143
3.4.1. Teoria dos Círculos Concêntricos.....	143
3.4.2. Teoria dos Círculos Secantes	144
3.4.3. Teoria dos Círculos Independentes.....	144
3.4.4. A Teoria do Mínimo Ético	145
3.5. REAPROXIMAÇÃO ENTRE DIREITO E MORAL NO PÓS-POSITIVISMO	145
3.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	146

PARTE II - PRAGMATISMO E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO

CAPÍTULO 1 - FUNÇÃO JUDICIAL, PRAGMATISMO E ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	149
1.1. PRAGMATISMO JURÍDICO	149
1.2. CASO BUSH VERSUS GORE E A CRÍTICA AO PRAGMATISMO JURÍDICO.....	153
1.3. ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	156
1.3.1. Noções Iniciais da Análise Econômica do Direito.....	156
1.3.2. Breve História e Fases.....	157
1.3.3. Premissas Metodológicas.....	158
1.4. ANÁLISE ECONÔMICA DO PROCESSO.....	162
1.4.1. Eficiência Processual versus Demandas de Valor Esperado Negativo e Demandas Frívolas.....	162
1.4.2. Estabilidade da Jurisprudência.....	164
1.4.3. Eficiência Econômica na Resolução de Conflitos.....	166
1.5. CRÍTICAS À ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO: DWORKIN VERSUS POSNER.....	166
1.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	171
CAPÍTULO 2 - ECONOMIA COMPORTAMENTAL.....	177
2.1. NOÇÕES INICIAIS SOBRE ECONOMIA COMPORTAMENTAL.....	177
2.2. HEURÍSTICAS E VIESES COGNITIVOS.....	177
2.3. OUTROS VIESES RELEVANTES PARA O MUNDO JURÍDICO	184
2.4. PERCEÇÃO DE JUSTIÇA SOB O VIÉS COMPORTAMENTAL E PROCESSO COGNITIVO DE TOMADA DE DECISÃO	186
2.5. DESENVIESAMENTO (DEBIASING) E DECISÃO JUDICIAL.....	188
2.6. NUDGES E DIREITO	190
2.7. RUÍDO E FALHA NO JULGAMENTO.....	193
CAPÍTULO 3 - GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE NO BRASIL.....	197
3.1. NOÇÕES INICIAIS SOBRE GOVERNANÇA CORPORATIVA E COMPLIANCE	197

3.2. GOVERNANÇA CORPORATIVA, COMPLIANCE E COMBATE À CORRUPÇÃO	199
3.3. GOVERNANÇA CORPORATIVA, COMPLIANCE E COMBATE ÀS ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS.....	204
3.4. GOVERNANÇA CORPORATIVA, COMPLIANCE E COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO	206
3.5. WHISTLEBLOWER.....	208
3.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	211

PARTE III – SOCIOLOGIA JURÍDICA

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INICIAIS DE SOCIOLOGIA JURÍDICA 215

1.1. INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA JURÍDICA	215
1.2. A SOCIOLOGIA COMO INSTRUMENTO DE COMPREENSÃO DA SOCIEDADE	217
1.3. NOÇÕES BÁSICAS PARA A COMPREENSÃO DA SOCIOLOGIA.....	218

CAPÍTULO 2 – PRINCIPAIS SOCIÓLOGOS E O DIREITO 219

2.1. PRÉ-SOCIOLOGIA DO DIREITO	219
2.1.1. A compreensão dos Gregos	219
2.1.2. Idade Média.....	220
2.2. AUGUSTE COMTE: O SURGIMENTO DA SOCIOLOGIA COMO CIÊNCIA	220
2.3. KARL MARX.....	222
2.3.1. Infraestrutura e Superestrutura	223
2.3.2. Direito e Instituições em Marx.....	224
2.3.3. Juristas Neomarxistas.....	226
2.4. ÉMILE DURKHEIM	227
2.4.1. Teoria do Fato Social.....	227
2.4.2. Divisão do Trabalho Social e Solidariedade Social.....	230
2.4.3. Solidariedade e Direito	231
2.4.4. Crime e Pena.....	232
2.4.5. Anomia.....	234
2.5. MAX WEBER.....	234
2.5.1. Metodologia e Teoria da Ação Social.....	234
2.5.2. O Estado, Autoridade, Dominação e Direito	237
2.5.3. Burocracia Estatal.....	239
2.6. RAYMOND ARON.....	239
2.7. CAIO PRADO JÚNIOR.....	240
2.8. ESCOLA DE FRANKFURT.....	242
2.9. RAYMUNDO FAORO	244
2.10. MICHEL FOUCAULT.....	246
2.10.1. Arqueologia e Genealogia dos Saberes	246
2.10.2. A Verdade e o Direito.....	247

2.10.3. Sociedade da Disciplina, Biopoder e Ortopedia Social.....	248
2.10.4. Do Suplício à Prisão. Da Prisão à Prisão sem Grades.....	251
2.11. NIKLAS LUHMANN.....	259
2.11.1. Teoria dos Sistemas Sociais.....	259
2.11.2. Justiça como Fórmula de Contingência.....	265
2.11.3. Direito enquanto Sistema Social.....	268
2.12. JÜRGEN HABERMAS.....	269
2.12.1. Teoria da Ação Comunicativa.....	270
2.12.2. Racionalidade a partir de Weber.....	271
2.12.3. Direito e Legitimidade na Teoria da Ação Comunicativa.....	273
2.12.4. Cooriginalidade (ou Equiprimordialidade): Direito, Moral e Direitos Funda- mentais em Habermas.....	275
2.13. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	276
CAPÍTULO 3 – PRINCIPAIS TEMAS DA SOCIOLOGIA JURÍDICA.....	283
3.1. CONTROLE SOCIAL E O DIREITO.....	283
3.1.1. Classificações do Controle Social.....	283
3.1.1.1. Classificação quanto aos Destinatários.....	284
3.1.1.2. Classificação quanto ao Exercício.....	284
3.1.1.3. Classificação quanto à Institucionalidade.....	284
3.1.2. Finalidades do Controle Social.....	285
3.2. TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS E DIREITO.....	285
3.3. ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL E DIREITO.....	287
3.3.1. Formas de Organização dos Estratos Sociais.....	287
3.3.2. Mobilidade Social e Direito.....	289
3.4. CONFLITOS SOCIAIS E MECANISMOS DE RESOLUÇÃO.....	290
3.5. PROTAGONISMO DO JUDICIÁRIO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	291
3.6. O JUDICIÁRIO NO ESTADO PÓS-DEMOCRÁTICO.....	293
3.7. ACESSO À JUSTIÇA E SISTEMA DE JUSTIÇA MULTIPORTAS.....	295
3.7.1. Acesso ao Judiciário e Acesso à Ordem Jurídica Justa.....	295
3.7.2. Sistema de Justiça Multiportas (Multi-Door System).....	300
3.8. SISTEMAS DE COMPOSIÇÃO DE LITÍGIOS.....	303
3.8.1. Sistemas Jurisdicional e Não Jurisdicional.....	303
3.8.2. Sistemas Autocompositivos e Heterocompositivos.....	304
3.8.2.1. Formas Autocompositivas.....	304
3.8.2.2. Formas Heterocompositivas.....	308
3.9. DIREITO, COMUNICAÇÃO SOCIAL E OPINIÃO PÚBLICA.....	309
3.10. RELAÇÕES JURÍDICAS VIRTUAIS.....	312
3.10.1. Marco Civil da Internet.....	312
3.10.2. Crimes Cibernéticos.....	314
3.10.3. Casos Não Normatizados e Interpretação Extensiva.....	314

3.11. DIREITOS DAS MINORIAS E MULTICULTURALISMO.....	315
3.12. CRIMINALIZAÇÃO DA POBREZA.....	318
3.13. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	320

CAPÍTULO 4 – ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA 323

4.1. INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA.....	323
4.2. ASPECTOS GERENCIAIS DA ATIVIDADE JUDICIÁRIA.....	325
4.3. GESTÃO DE PESSOAS.....	328

PARTE IV TEORIA GERAL DO DIREITO E DA POLÍTICA

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES INICIAIS DE TEORIA GERAL DO DIREITO 333

1.1. INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO.....	333
1.2. ETIMOLOGIA, CONCEITO ANALÓGICO E SENTIDOS DE DIREITO	333
1.3. DIREITO OBJETIVO E DIREITO SUBJETIVO	336
1.4. PESSOAS PARA O DIREITO.....	340
1.5. DIREITO E SANÇÃO	343
1.6. ESCOLAS OU MODELOS TEÓRICOS DO DIREITO: A ETERNA BUSCA POR UM CONCEITO DE DIREITO.....	344
1.6.1. Jusnaturalismo.....	344
1.6.2. A Escola da Exegese	348
1.6.3. A Escola da Livre Investigação Científica e a Escola do Direito Livre.....	350
1.6.4. Escola Histórica do Direito.....	351
1.6.5. Pandectismo.....	353
1.6.6. Jurisprudência dos Conceitos	354
1.6.7. Jurisprudência dos Interesses	356
1.6.8. Juspositivismo e o Positivismo Científico	358
1.6.8.1. Classificações Relevantes sobre o Positivismo	358
1.6.8.1.1. Positivismos: Ideológico, Teórico e Metodológico	358
1.6.8.1.2. Positivismo Exclusivo e Positivismo Inclusivo.....	360
1.6.8.2. Positivismo Científico	361
1.6.8.2.1. Estática Jurídica.....	363
1.6.8.2.2. Dinâmica Jurídica	364
1.6.8.2.3. Interpretação Jurídica.....	366
1.6.9. O Positivismo Analítico	367
1.6.10. Realismo Jurídico	369
1.6.10.1. Legal Realism ou Realismo Norte-Americano (ou ainda Comporta- mental).....	370
1.6.10.2. Realismo Escandinavo ou Escola de Uppsala (ou ainda Psicológico)....	371
1.6.10.3. Realismo e outras Escolas Jurídicas.....	373
1.6.11. Teorias Críticas do Direito	373
1.6.11.1. Principais Vertentes do Pensamento Jurídico Crítico.....	374

1.6.11.2. Papel Ideológico do Direito	376
1.6.11.3. Ação Renovatória do Direito	378
1.6.12. Jurisprudência dos Valores.....	379
1.6.13. Teoria Tridimensional do Direito.....	381
1.6.14. Teoria Ecológica do Direito	383
1.6.15. Pós-Positivismo	384
1.7. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	385

CAPÍTULO 2 – TEORIA DA NORMA JURÍDICA..... 393

2.1. CONCEITOS INICIAIS DE NORMA JURÍDICA.....	393
2.2. NORMA JURÍDICA EM BOBBIO	396
2.2.1. Variedade e Multiplicidade das Normas.....	397
2.2.2. Estrutura e Função das Normas	397
2.2.3. Diferença da Norma Jurídica para as demais normas	399
2.3. PLANOS DE ANÁLISE DAS NORMAS	400
2.3.1. Existência.....	401
2.3.2. Validade.....	402
2.3.3. Eficácia.....	403
2.3.4. Eficácia como condição de Validade em Kelsen	404
2.3.5. Relações entre os Degraus da Escada Ponteana.....	404
2.3.6. Vigência	405
2.3.7. Critérios de Valoração das Normas de Bobbio	405
2.4. A RESSIGNIFICAÇÃO DAS NORMAS NO PÓS-POSITIVISMO.....	407
2.4.1. Relação entre Direito e Moral	408
2.4.2. A Distinção entre Regras e Princípios	409
2.4.3. A Estrutura das Normas na Contemporaneidade.....	410
2.4.4. Críticas a uma Distinção Forte entre Princípios e Regras.....	412
2.4.5. Outras Espécies Estruturais de Normas.....	416
2.4.6. Princípios Jurídicos.....	417
2.4.6.1. Evolução do Conceito.....	417
2.4.6.2. Multifuncionalidade, a Força Normogenética dos Princípios e Pam- principiologismo	419
2.5. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	421

CAPÍTULO 3 – TEORIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO..... 425

3.1. DA NORMA AO ORDENAMENTO	425
3.2. SERIA POSSÍVEL UM ORDENAMENTO JURÍDICO COM APENAS UMA NORMA?.....	425
3.3. NORMAS DE CONDUTA, NORMAS DE ESTRUTURA E NORMAS DE SOBREDIREITO	426
3.4. UNIDADE DO ORDENAMENTO JURÍDICO	427
3.4.1. Fontes Reconhecidas e Delegadas	427
3.4.2. Construção Gradual do Ordenamento.....	428
3.4.3. Limites Materiais e Limites Formais	429

3.4.4.	Norma Fundamental	429
3.4.5.	Direito e Força	431
3.5.	COERÊNCIA DO ORDENAMENTO JURÍDICO.....	432
3.5.1.	Antinomias	432
3.5.2.	Critérios para a Solução de Antinomias.....	435
3.5.3.	Insuficiência de Critérios.....	436
3.5.4.	Conflito de Critérios.....	436
3.6.	COMPLETUDE DO ORDENAMENTO JURÍDICO.....	437
3.6.1.	Lacuna versus Completude do Ordenamento	437
3.6.2.	Dogma da Completude.....	438
3.6.3.	Crítica à Completude	438
3.6.4.	Espaço Jurídico Vazio	438
3.6.5.	Norma Geral Exclusiva.....	439
3.6.6.	Espécies de Lacunas Jurídicas	439
3.6.7.	Lacunas Ideológicas	440
3.6.8.	Heterointegração e Autointegração.....	440
3.6.9.	Analogia	441
3.6.10.	Princípios Gerais do Direito.....	441
3.7.	RELAÇÃO ENTRE ORDENAMENTOS JURÍDICOS	441
3.7.1.	Pluralidade de Ordenamentos.....	441
3.7.2.	Vários Tipos de Relações entre Ordenamentos	442
3.7.3.	Pluralismo Jurídico.....	443
3.7.4.	Crise do Ordenamento e Pluralismo Jurídico	445
3.7.4.1.	Pluralismo Jurídico Conservador.....	445
3.7.4.2.	Pluralismo Jurídico Emancipatório.....	446
3.8.	QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	447
CAPÍTULO 4 - FONTES DO DIREITO		453
4.1.	NOÇÕES INICIAIS.....	453
4.2.	CLASSIFICAÇÕES IMPORTANTES.....	453
4.3.	ART. 4º DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO E AS FONTES DO DIREITO	455
4.4.	FONTES DO DIREITO EM ESPÉCIE.....	455
4.4.1.	Lei (ou Disposições Normativas).....	455
4.4.2.	Costumes.....	458
4.4.3.	Princípios Gerais de Direito.....	461
4.4.4.	Jurisprudência	464
4.4.4.1.	Precedentes	467
4.4.4.2.	Integridade, Romance em Cadeia e Precedentes.....	473
4.4.4.3.	Súmulas Vinculantes	475
4.4.5.	Doutrina.....	477

4.5. OUTRAS FONTES.....	477
4.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	478
CAPÍTULO 5 - HERMENÊUTICA JURÍDICA.....	483
5.1. BREVE HISTÓRIA DA HERMENÊUTICA JURÍDICA.....	483
5.1.1. Hermenêutica na Idade Média.....	484
5.1.2. O Início da Racionalidade Hermenêutica.....	484
5.1.3. A Viragem Hermenêutica.....	485
5.2. CONCEITOS BÁSICOS.....	487
5.2.1. Hermenêutica.....	487
5.2.2. Interpretação.....	487
5.2.3. Integração.....	488
5.2.4. Aplicação.....	489
5.2.5. Concretização.....	489
5.3. MODOS DE INTEGRAÇÃO JURÍDICA.....	489
5.4. O QUE É INTERPRETAR?.....	495
5.4.1. O Conceito Semântico de Norma: Texto Normativo versus Norma.....	495
5.4.2. Norma como Atribuição de Sentido.....	496
5.5. INTERPRETAÇÃO JURÍDICA CLÁSSICA.....	497
5.5.1. Espécies de Interpretação.....	497
5.5.2. Cânones da Hermenêutica Jurídica Clássica.....	499
5.6. CRISE DA INTERPRETAÇÃO DO POSITIVISMO.....	505
5.6.1. Interpretação pela Lógica do Razoável.....	505
5.6.2. Método Voluntarista do Positivismo: a Teoria da Moldura de Kelsen.....	507
5.6.3. Crise dos Paradigmas Filosóficos do Objetivismo e do Subjetivismo.....	510
5.7. CRISE DA HERMENÊUTICA JURÍDICA CLÁSSICA; REVIRAVOLTA LINGUÍSTICA; HERMENÊUTICA FILOSÓFICA E PÓS-POSITIVISMO: O NASCIMENTO DE UMA NOVA HERMENÊUTICA.....	512
5.7.1. Crise da Hermenêutica Jurídica Clássica.....	512
5.7.2. Filosofia da Linguagem.....	513
5.7.3. Nova Hermenêutica Constitucional.....	519
5.8. HERMENÊUTICA ESPECIFICAMENTE CONSTITUCIONAL.....	522
5.9. PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DA NOVA INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	524
5.9.1. Princípio da Unidade da Constituição.....	525
5.9.2. Princípio do Efeito Integrador.....	527
5.9.3. Princípio da Força Normativa.....	528
5.9.4. Princípio da Máxima Efetividade.....	529
5.9.5. Princípio da Justeza ou da Conformidade Funcional.....	530
5.9.6. Princípio da Interpretação Conforme a Constituição.....	531
5.9.7. Princípio da Presunção da Constitucionalidade das Leis.....	532
5.9.8. Princípio da Concórdância Prática ou da Harmonização.....	533

5.9.9. Princípio da Razoabilidade	535
5.9.10. Princípio da Proporcionalidade.....	536
5.9.11. Princípio das Razões Públicas	536
5.9.12. Princípio do Cosmopolitismo.....	538
5.10. MÉTODOS DA NOVA HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL.....	540
5.10.1. Método Jurídico Clássico	540
5.10.2. Método Tópico-Problemático (A Tópica).....	540
5.10.3. Método Científico-Espiritual.....	542
5.10.4. Método Hermenêutico-Concretizador	542
5.10.5. Método Normativo Estruturante.....	543
5.10.6. Método da Comparação Constitucional.....	544
5.10.7. Revolta contra o Método.....	545
5.11. CONFLITOS ENTRE NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	546
5.11.1. Proporcionalidade.....	547
5.11.2. Razoabilidade.....	549
5.11.3. Ponderação	551
5.11.4. Concordância ou Harmonização Prática.....	551
5.12. TEORIA DA ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA.....	552
5.13. DERROTABILIDADE.....	555
5.14. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	557
CAPÍTULO 6 - DIREITO E POLÍTICA.....	565
6.1. NOÇÕES INICIAIS SOBRE POLÍTICA.....	565
6.2. RELAÇÕES ENTRE POLÍTICA E DIREITO.....	566
6.3. DIREITO POLÍTICO.....	568
6.3.1. Acoplamento Estrutural entre Política e Direito	570
6.3.2. Constituição Simbólica.....	571
6.4. POLÍTICA JUDICIAL.....	572
6.5. ESCOLAS JURÍDICAS E A POLÍTICA.....	575
6.6. DIREITO E IDEOLOGIAS.....	576
6.7. MITO DA NEUTRALIDADE POLÍTICA DO MAGISTRADO	578
6.8. CONTROLE JURISDICIONAL SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	579
6.9. ESTADO DE EXCEÇÃO PERMANENTE COMO PARADIGMA DE GOVERNO DOMINANTE NA CONTEMPORANEIDADE	585
6.10. FORMAS POLÍTICAS SUBTERRÂNEAS NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS	589
6.11. TIPOLOGIAS MODERNAS DO PODER PARA BOBBIO.....	593
6.12. DIMENSÕES DA DEMOCRACIA PARA BARROSO	593
6.13. DEMOCRACIA DELIBERATIVA: DEBATE HABERMAS VERSUS RAWLS.....	594
6.14. INFOCRACIA.....	595
6.15. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	596

CAPÍTULO 7 - NOÇÕES BÁSICAS DE DIREITOS HUMANOS.....	601
7.1. NOÇÕES INICIAIS: DIREITOS HUMANOS E DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	601
7.2. DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS DE 1948.....	602
7.2.1. Declaração de 1948 e Internacionalização dos Direitos Humanos.....	603
7.2.2. Internacionalização dos Direitos Humanos.....	604
7.2.2.1. Conceito.....	604
7.2.2.2. Marcos da Internacionalização.....	605
7.2.2.3. Manifestações da Internacionalização.....	605
7.2.2.4. Antecedentes Históricos da Internacionalização.....	606
7.2.2.5. Internacionalização dos Direitos Humanos e Formação de um Direito Internacional dos Direitos Humanos.....	608
7.3. DIREITOS NA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DE DIREITOS HUMANOS DE 1948.....	609
7.4. HUMAN RIGHTS APPROACH.....	619
7.5. AGENDA 2030 DA ONU E OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	625
7.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	627

PARTE V - PSICOLOGIA JURÍDICA

CAPÍTULO 1 - NOÇÕES INICIAIS DE PSICOLOGIA JURÍDICA.....	637
1.1. INTRODUÇÃO À PSICOLOGIA JURÍDICA.....	637
1.2. PSICOLOGIA JURÍDICA E PSICOLOGIA JUDICIÁRIA.....	638
1.3. DIVERSAS ABORDAGENS DA PSICOLOGIA.....	639
1.3.1. Behaviorismo (1ª Força).....	639
1.3.2. Psicanálise (2ª Força).....	641
1.3.3. Psicologia Analítica.....	645
1.3.4. Humanismo (3ª Força).....	646
1.3.5. Terapia Reichiana (ou Psicoterapia Corporal).....	647
1.3.6. Psicologia Transpessoal (4ª Força).....	648
1.3.7. Gestalt.....	648
1.3.8. Psicologia Social.....	649
1.3.9. Abordagens Ultrapassadas da Psicologia.....	649
1.4. PSICOLOGIA E PSIQUIATRIA FORENSE.....	650
1.4.1. Exame Criminológico.....	651
1.4.2. Reforma Psiquiátrica.....	653
1.5. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	657
CAPÍTULO 2 - ASSÉDIO SEXUAL E ASSÉDIO MORAL.....	659
2.1. ASSÉDIO SEXUAL.....	659
2.2. ASSÉDIO MORAL.....	661
2.3. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	664

CAPÍTULO 3 – PSICOLOGIA, TEORIA DO CONFLITO E MECANISMOS AUTOCOM-POSITIVOS.....	667
3.1. CONFLITUOSIDADE	667
3.2. PULSÃO DE VIDA (EROS) E PULSÃO DE MORTE (THANATOS).....	667
3.3. CONFLITO E MUDANÇA	668
3.4. ESPIRAIS DE CONFLITO (OU ESCALADA DO CONFLITO).....	669
3.5. PROCESSOS CONSTRUTIVOS E DESTRUTIVOS	670
3.6. TÉCNICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS.....	671
3.6.1. Declaração de Abertura.....	671
3.6.2. Técnica do Rapport.....	672
3.6.3. Estratégias para Transação.....	673
3.6.4. Encerramento da Mediação e Conciliação	674
3.7. NEGOCIAÇÃO DISTRIBUTIVA E NEGOCIAÇÃO INTEGRATIVA	674
3.8. TEORIA DOS JOGOS NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	676
3.9. PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONDUTA DO MEDIADOR	680
3.10. O PAPEL DA PSICANÁLISE NA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS.....	683
3.11. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	683
CAPÍTULO 4 – FATORES PSICOLÓGICOS COM INTERFERÊNCIA NO PROCESSO JUDICIAL.....	687
4.1. A PERSONALIDADE DO JUIZ.....	687
4.2. EMOÇÃO E A DECISÃO.....	691
4.3. A PSICOLOGIA DAS PARTES.....	692
4.4. A PSICOLOGIA DO ADVOGADO/DEFENSOR.....	693
4.4.1. Relação Defensor-Constituinte	693
4.4.2. Relação entre Patrono de uma Causa Judicial e o Juiz	694
4.4.3. Relação entre os Demais Atores Processuais	694
4.5. A PSICOLOGIA DO TESTEMUNHO E O PROCESSO PSICOLÓGICO DE OBTENÇÃO DA VERDADE JUDICIAL.....	694
4.5.1. Verdade Real versus Verdade Processual.....	694
4.5.2. Fidedignidade do Testemunho.....	699
4.5.3. Classes de Perguntas	699
4.6. A INTERDISCIPLINARIDADE NOS CASOS JUDICIAIS COMPLEXOS.....	701
4.7. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	704
CAPÍTULO 5 – NOVOS MODELOS DE JUSTIÇA E A PSICOLOGIA JURÍDICA.....	705
5.1. JUSTIÇA RESTAURATIVA	705
5.1.1. Práticas de Justiça Restaurativa.....	710
5.1.2. Justiça Restaurativa e Prisões	712
5.2. JUSTIÇA TERAPÊUTICA.....	713
5.3. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	716

CAPÍTULO 6 - PSICOLOGIA E COMUNICAÇÃO 719

- 6.1. PROFISSIONAIS DO DIREITO E COMUNICAÇÃO SOCIAL 719
- 6.2. RELACIONAMENTO DOS MAGISTRADOS COM A SOCIEDADE E A MÍDIA 720
- 6.3. COMPORTAMENTO DO JUIZ NAS REDES SOCIAIS 723

PARTE VI - ÉTICA JURÍDICA**CAPÍTULO 1 - NOÇÕES INICIAIS DE ÉTICA 733**

- 1.1. INTRODUÇÃO À ÉTICA 733
- 1.2. A FENOMENOLOGIA DO ETHOS 734
- 1.3. PARADIGMAS ÉTICOS 735
- 1.4. ÉTICA E POLÍTICA 737
- 1.5. ÉTICA E DIREITO 739
- 1.6. INTERSUBJETIVIDADE E ÉTICA 740
- 1.7. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS 742

CAPÍTULO 2 - ÉTICA JURÍDICA 745

- 2.1. ÉTICA PROFISSIONAL GERAL E ÉTICA ESPECÍFICA DAS PROFISSÕES JURÍDICAS 745
- 2.2. DEONTOLOGIA JURÍDICA 746
- 2.3. PRINCÍPIOS DA DEONTOLOGIA JURÍDICA 747
- 2.4. PRINCÍPIOS DE BANGALORE 748
- 2.5. MANDAMENTOS ÉTICOS BÁSICOS DA MAGISTRATURA, DA DEFENSORIA PÚBLICA E DO MINISTÉRIO PÚBLICO 752
- 2.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS 755

CAPÍTULO 3 - ESTATUTO JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL 759

- 3.1. PODER JUDICIÁRIO E SEUS JUÍZES 759
- 3.2. REGIME JURÍDICO DA MAGISTRATURA NACIONAL 763
- 3.2.1. Estatuto da Magistratura 763
- 3.2.2. Estrutura da Magistratura 768
- 3.2.2.1. Conceitos Básicos 768
- 3.2.2.2. Cargos Isolados na Magistratura 769
- 3.2.2.3. Cargos em Carreira na Magistratura 769
- 3.2.2.4. Ingresso 770
- 3.2.2.4.1. Concurso Público 770
- 3.2.2.4.2. Quinto Constitucional 774
- 3.2.2.4.3. Impossibilidade de Modificação do Trâmite de Escolha de Desembargadores pelo Constituinte Estadual 775
- 3.2.2.4.4. Quinto Constitucional e Cláusula da Reserva do Impossível 775
- 3.2.2.4.5. Princípio da Presunção de Inocência e Indicação de Advogado que responde a Inquérito ao Cargo de Desembargador 776

3.2.3.	Promoções.....	776
3.2.4.	Remoções.....	781
3.3.	DIREITOS E DEVERES FUNCIONAIS DA MAGISTRATURA.....	782
3.4.	SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO DO PODER JUDICIÁRIO.....	786
3.4.1.	Controle Interno.....	787
3.4.2.	Controle Externo.....	794
3.5.	RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA, CIVIL E CRIMINAL DOS MAGISTRADOS.....	795
3.5.1.	Responsabilidade Administrativa.....	795
3.5.2.	Responsabilidade Civil.....	798
3.5.3.	Responsabilidade Criminal.....	799
3.6.	QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	800

CAPÍTULO 4 - CÓDIGO DE ÉTICA DA MAGISTRATURA..... 805

4.1.	NOÇÕES INICIAIS.....	805
4.2.	PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA.....	805
4.3.	PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE.....	806
4.4.	PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA.....	806
4.5.	PRINCÍPIO DA INTEGRIDADE PESSOAL E PROFISSIONAL.....	807
4.6.	PRINCÍPIO DA DILIGÊNCIA E DEDICAÇÃO.....	808
4.7.	PRINCÍPIO DA CORTESIA.....	809
4.8.	PRINCÍPIO DA PRUDÊNCIA.....	809
4.9.	PRINCÍPIO DO SIGILO PROFISSIONAL.....	809
4.10.	PRINCÍPIO DO CONHECIMENTO E DA CAPACITAÇÃO.....	810
4.11.	PRINCÍPIO DA DIGNIDADE, DA HONRA E DO DECORO.....	810
4.12.	QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	811

PARTE VII - DIREITO DIGITAL

CAPÍTULO 1 - TEORIA DO DIREITO DIGITAL..... 815

1.1.	4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL.....	815
1.2.	TRANSFORMAÇÃO DIGITAL NO PODER JUDICIÁRIO.....	817
1.3.	ALGORITMOS, INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITO.....	820
1.4.	QUESTÕES ÉTICAS E JURÍDICAS DE DECISÕES AUTOMATIZADAS.....	824
1.5.	AUDIÊNCIAS VIRTUAIS.....	828
1.6.	CORTES REMOTAS.....	831
1.7.	PROVAS DIGITAIS.....	832
1.8.	JURIMETRIA.....	833
1.9.	BLOCKCHAIN, CRIPTOMOEDAS E CONTRATOS INTELIGENTES.....	834

CAPÍTULO 2 - DESAFIOS DA PERSECUÇÃO PENAL DIANTE DA TECNOLOGIA..... 837

2.1.	CIBERSEGURANÇA E CIBERCRIMES.....	837
2.2.	DEEP WEB E DARK WEB.....	839
2.3.	CRIPTOMOEDAS E LAVAGEM DE DINHEIRO.....	840

CAPÍTULO 3 - NOÇÕES GERAIS SOBRE A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS	843
3.1. INTRODUÇÃO À PROTEÇÃO DE DADOS.....	843
3.2. ASPECTOS ESSENCIAIS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS.....	844
3.3. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS.....	849

PARTE VIII - DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO

CAPÍTULO 1 - NOÇÕES INICIAIS SOBRE O DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO.....	853
1.1. INTRODUÇÃO AO DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO	853
1.2. MODALIDADES DE DISCRIMINAÇÃO E CONCEITOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO DA ANTIDISCRIMINAÇÃO	853
1.3. RACISMO ESTRUTURAL.....	860
1.3.1. Raça e Racismo.....	861
1.3.2. Tipos de Racismo.....	861
1.3.3. Racismo como Processo Político.....	863
1.3.4. Racismo como Processo Histórico.....	863
1.3.5. Racismo como Ideologia.....	863
1.3.6. Racismo, Biopolítica e Necropolítica	865
1.3.7. Racismo, Direito e Teoria Crítica da Raça.....	866
1.3.8. Protocolo de Julgamento com Perspectiva Racial	869
1.4. OPRESSÃO CONTRA A MULHER.....	872
1.4.1. Feminismo	872
1.4.2. Gênero e Patriarcado	879
1.4.3. Gênero e Raça.....	885
1.4.4. Questões centrais sobre Discriminação e Desigualdades de Gênero	888
1.4.5. Protocolo de julgamento com perspectiva de gênero.....	890
1.5. AÇÕES AFIRMATIVAS.....	894
1.5.1. Participação Política das Mulheres.....	894
1.5.2. Cotas para Pessoas com Deficiência.....	895
1.5.3. Cotas Raciais e Programa Universidade para Todos (PROUNI).....	896
1.6. QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	901
CAPÍTULO 2 - NORMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS ANTIDISCRIMINAÇÃO	907
2.1. NORMAS ANTIDISCRIMINAÇÃO	907
2.2. DIREITO DAS MULHERES.....	908
2.2.1. Planos de Proteção.....	908
2.2.2. Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.....	908
2.2.3. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.....	911
2.2.4. Proteção Constitucional.....	913

2.2.5.	Lei Maria da Penha.....	914
2.3.	DIREITOS CONTRA DISCRIMINAÇÃO E PELA IGUALDADE RACIAL.....	916
2.3.1.	Planos de Proteção.....	916
2.3.2.	Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial.....	917
2.3.3.	Convenção nº 111 da Organização Internacional do Trabalho sobre discriminação em matéria de emprego e profissão.....	921
2.3.4.	Convenção Interamericana contra o Racismo e Discriminação Racial e outras formas Correlatas de Intolerância.....	923
2.3.5.	Proteção Constitucional.....	925
2.3.6.	Proteção Legal	928
	2.3.6.1. Estatuto da Igualdade Racial	928
	2.3.6.2. Leis de Cotas.....	932
2.4.	DIREITOS DE ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	933
2.4.1.	Diversidade Sexual e Pessoas LGBTQIA+.....	933
2.4.2.	Normativa Internacional sobre os Direitos das Pessoas LGBTQIA+: Os Princípios de Yogyakarta.....	934
2.4.3.	Proteção no Continente Americano e Corte Interamericana de Direitos Humanos	936
2.4.4.	Proteção Constitucional: ADI Nº 4275 e ADO Nº 26	939
2.5.	DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS	942
2.5.1.	Planos de Proteção.....	942
2.5.2.	Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas.....	943
2.5.3.	Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho.....	945
2.5.4.	Proteção no Continente Americano e Corte Interamericana de Direitos Humanos	948
2.5.5.	Proteção Constitucional.....	949
2.6.	QUESTÕES RELEVANTES EM PROVAS DE CONCURSOS	955

ANEXO - QUADRO COMPARATIVO DA RESOLUÇÃO Nº 75 VERSUS CAPÍTULOS DO LIVRO..... 961

REFERÊNCIAS..... 965